



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

TC Nº 008/2018
Link de internet

TERMO DE CONTRATO Nº 008/2018.

Decorrente de contratação, conforme Pregão Presencial nº 001/2018, VIGENTE DE 03/12/2018 à 02/12/2019, firmado com E.L. GARCIA LTDA EPP, visando à prestação de serviço Especializado Em Rede de Transporte de Dados - 02 (dois) Links de dados com cabeamento de FIBRA ÓPTICA, sendo um dedicado e outro não dedicado (Banda Larga), visando atender as necessidades de acesso a internet pela Câmara Municipal de Jaguariúna/SP.

Pelo presente instrumento de **TERMO DE CONTRATO**, de um lado, **CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA**, com sede na Rua Coronel Amâncio Bueno, 446, centro desta Cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo e inscrição do CNPJ sob nº 51.313.955/0001-30, através de seu Representante Legal Excelentíssimo Senhor Presidente Vereador Romilson Nascimento Silva, portador do RG Nº 42.181.834-7 SSP-SP e CPF Nº 224.361.418-94 residente e domiciliado na Rua Travessa Santos Dumont, 47 – Jd. Berlim – Cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo – CEP 13919-122, **doravante denominado CONTRATANTE**, e de outro, a empresa E.L. GARCIA LTDA EPP, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes CNPJ sob o nº 04.109.386/0001-25, sediada na rua Irio Giardelli, 47, SL 408 e 409, Loteamento Paiquere Valinhos/SP – CEP 113271-565, neste ato representada legalmente pelo sócio Sr. **Eduardo Lopes Garcia**, Brasileiro, casado, empresário, portador do CPF Nº 222.756.168-88, e da cédula de identidade RG Nº 33.746.880-1, residente e domiciliado na Alameda Carlos de Carvalho Vieira Braga, nº 4.322, Bairro Chácara Alpina, na cidade de Valinhos, Estado de São Paulo – CEP. 13.274.465, **doravante denominado CONTRATADO**, resolvem restabelecer a presente avença contratual.

CONSIDERANDO:

A necessidade dos serviços ora apresentados, onde visa, dentre outros fins constantes no Termo de Referência – Anexo I da Licitação em epígrafe, em especial à modernização e eficiência do tráfego de dados, resultando em maior transparência e interação com a sociedade, através da aquisição de internet via fibra óptica se dá tendo em vista que a fibra óptica possui um sistema de comunicação de maior capacidade de transmissão de informação ou largura de banda (medida de capacidade de transmissão de dados). Na fibra óptica a perda de potência do sinal transmitido é praticamente nula.

RESOLVEM celebrar o presente **TERMO DE CONTRATO Nº 008/2018**, mediante cláusulas e condições abaixo:



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PC Nº 008/2018
Link de Internet

CLÁUSULA PRIMEIRA – Objeto do Contrato

- 1.1. Contratação para Serviço Especializado Em Rede de Transporte de Dados – 02 (dois) Links de dados com cabeamento de FIBRA ÓPTICA, sendo um dedicado e outro não dedicado (Banda Larga), visando atender as necessidades de acesso a internet pela Câmara Municipal de Jaguariúna, visando atender as necessidades de acesso a internet pela Câmara Municipal de Jaguariúna/SP, conforme requisitos técnicos, níveis de qualidade de serviço e quantidades descritas neste

TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I

- 1.2. Os serviços serão realizados da seguinte forma:

- 1.2.1. Provimento de 01 (um) link de serviço de internet dedicada com velocidade mínima de 100 (cem) Mbps Simétrico, Full-Duplex, com 01 (um) bloco de IPs /28, ou seja, 16 (dezesesseis) IPs fixos, FIBRA ÓPTICA, com Tempo Médio de Reparo (MTTR) de até 04 (quatro) horas e SLA Backbone Sem Proteção de 99,5% (noventa e nove e meio por cento), pactuado entre as partes;
- 1.2.2. Provimento de 01 (um) link de serviço de internet não dedicada (Banda Larga) com velocidade mínima de 60 (sessenta) Mbps com 01 (um) IP Fixo, FIBRA ÓPTICA, com Tempo Médio de Reparo (MTTR) de até 72 (setenta e duas) horas e SLA Backbone Sem Proteção de 40% (quarenta por cento) pontual e 80% (oitenta por cento) na média mensal, respeitando regras da ANATEL por ser Link Não Dedicado (Banda Larga).

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Licitação

- 2.1. Documentos integrantes

- 2.1.1. Para todos os efeitos legais e melhor caracterização da presente aquisição, bem assim para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- 2.1.1.1. Pregão Presencial nº 001/2018 e ANEXOS

- 2.1.1.2. Proposta da CONTRATADA.

- 2.2. Os documentos referidos no presente item são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua extensão e, desta forma, reger a prestação do objeto adquirido.

- 2.3. Das condições de habilitação e qualificação

- 2.4. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA - Vigência

- 3.1. Este contrato será celebrado com duração de 12 (doze) meses, vigendo de 03 de dezembro de 2018 a 02 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogado até o limite legal estabelecido pela Lei Federal nº 8.666/93 em seu art. 57 e suas alterações.

- 3.2. A Contratada poderá se opor à prorrogação, desde que o faça mediante documento escrito, recebido pela Contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

TC Nº 008/2018
Link de Internet

- 3.3. As prorrogações de prazo de vigência serão formalizadas mediante celebração dos respectivos termos de aditamento ao contrato, respeitadas as condições prescritas na Lei federal nº 8.666/1993.
- 3.4. A não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência da Administração não gerará à contratada direito a qualquer espécie de indenização.
- 3.5. Não obstante o prazo estipulado no subitem 3.1 acima, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

CLÁUSULA QUARTA – Embasamento Legal

- 4.1. O presente termo é formalizado com fundamento no Pregão Presencial 001/2018.

CLÁUSULA QUINTA – Dotação Orçamentária

- 5.1. As despesas decorrentes deste instrumento, no corrente exercício, correrão por conta da dotação orçamentária classificada 3.3.90.39.58 – Serviços de Telecomunicações, desta Casa de Leis.

CLÁUSULA SEXTA – Valor do Contrato

- 6.1. Dá-se ao presente Contrato o valor Global de R\$ 22.296,00 (Vinte e dois mil, duzentos e noventa e seis reais) sendo fracionado o pagamento mensalmente no valor de R\$ 1.858,00 (Mil oitocentos e cinquenta e oito reais), por um período de 12 meses.
- 6.2. O pagamento do valor total global acima será efetuado em parcelas mensais, após o aceite de sua prestação, devendo a Contratada emitir as respectivas Notas Fiscais ao final de cada mês, que deverão ser pagas em até 15 (quinze) dias corridos, da data do aceite da Nota Fiscal.

CLÁUSULA SÉTIMA – Preço

- 7.1. A Contratante pagará à Contratada pela prestação dos serviços os seguintes valores, incluindo-se todos os insumos necessários para a devida prestação dos serviços e consignado em sua proposta, o valor de:
- 7.1.1. Valor Total Global de R\$ 20.148,00 (Vinte mil cento e quarenta e oito reais), onde somam-se todos os itens abaixo compreendendo entre instalação e serviço de internet por um período de 12 (doze) meses.
- 7.1.2. Provimento de 01 (um) link de serviço de internet dedicada com velocidade mínima de 100 (cem) Mbps Simétrico, Full-Duplex, com 01 (um) bloco de IPs /28, ou seja, 16 (dezesseis) IPs fixos, FIBRA ÓPTICA, com Tempo Médio de Reparo (MTTR) de até 04 (quatro) horas e SLA Backbone Sem Proteção de 99,5% (noventa e nove e meio por cento), pactuado entre as partes, valor mensal de R\$1.679,00 (Mil seiscentos e setenta e nove reais).
- 7.1.3. Provimento de 01 (um) link de serviço de internet não dedicada (Banda Larga) com velocidade mínima de 60 (sessenta) Mbps com 01 (um) IP Fixo, FIBRA ÓPTICA, com Tempo Médio de



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

TC Nº 005/2018
Link de Internet

Reparo (MTTR) de até 72 (setenta e duas) horas e S1A Backbone Sem Proteção de 40% (quarenta por cento) pontual e 80% (oitenta por cento) na média mensal, respeitando regras da ANATEL por ser Link Não Dedicado (Banda Larga), valor mensal de R\$ 179,00 (cento e setenta e nove reais).

- 7.2. O pagamento do valor total global acima será efetuado em parcelas mensais, após o aceite de sua prestação, devendo a Contratada emitir as respectivas Notas Fiscais ao final de cada mês, que deverão ser pagas em até 15 (quinze) dias corridos, da data do aceite da Nota Fiscal.
- 7.3. Os preços serão fixos e irrecorríveis para o período.
- 7.4. A Contratante poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela Contratada, em decorrência de inadimplemento contratual.
- 7.5. Estão incluídos no valor global os encargos sociais, custos operacionais, impostos, taxas, seguros, transportes, embalagens, licenças, despesas de frete e todas as demais despesas necessárias para o bom cumprimento na prestação dos respectivos serviços.
- 7.6. Demais condições de pagamento dos serviços estão estabelecidas no **Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA**.

CLÁUSULA OITAVA – Reajuste de Preço:

- 8.1. O valor da prestação mensal devida pelo contratante poderá ser reajustado após o prazo Contratual, mediante aplicação da correção pelo IGPM dos meses de contrato;
 - 8.1.1. O objeto do presente Edital será executado pelo preço ofertado na proposta da licitante vencedora, que será fixo e irrecorrível, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses.
 - 8.1.2. Havendo prorrogação de Contrato, com previsão legal no art. 57 da Lei 8.666/93, poderá o valor ser reajustado com base no descrito acima, devendo o mesmo ser justificado por escrito e previamente autorizado pelo Presidente desta Câmara Municipal.
- 8.2. Poderão ainda ser revistos, desde que reste comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas na alínea “d”, do inciso II, do art. 65, da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO:

- 9.1. As condições de pagamento dos serviços estão estabelecidas no Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA e aqui transcritos na íntegra.
- 9.2. O pagamento será processado mediante apresentação, pela **CONTRATADA**, da Nota Fiscal relativa à prestação dos serviços e certidões cabíveis se solicitadas, documentação que deverá estar devidamente acompanhada do **ACEITE** pelo **CONTRATANTE**, desde que não haja pendência a ser regularizada.
 - 9.2.1. Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação àquela na qual foi realizada a respectiva regularização;
 - 9.2.2. A Câmara Municipal de Jaguariúna efetuará o pagamento no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, após o aceite da Nota Fiscal.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

TC Nº 608/2018
Link de Internet

- 9.2.3 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicada pela CONTRATADA, preferencialmente em banco de movimentação oficial desta Casa de Leis;
- 9.2.4 O objeto, em cada uma de suas parcelas mensais, será recebido em até 03 (três) dias úteis, contados da data de recepção da nota fiscal/fatura representativa da prestação dos serviços pelo Fiscal do Contrato.
- 9.2.5 Havendo rejeição da NF, no todo ou em parte, a contratada deverá refazê-la no prazo de 02 (dois) dias úteis, observando as condições estabelecidas para a prestação nos prazos estabelecidos neste instrumento, contados a partir da notificação expedida pelo CONTRATANTE;
- 9.2.6 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica a CONTRATADA obrigada a refazer/ reparar o serviço, às suas expensas,
- 9.2.7 Na impossibilidade de serem refeitos os serviços rejeitados, ou na hipótese de não serem os mesmos executados, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- 9.2.8 O recebimento dos serviços contratados ficará sob a responsabilidade do Fiscal do Contrato, em conjunto com a área técnica de TI desta Casa de Leis;
- 9.2.9 A execução dos serviços objeto deste, deverá ser realizada seguindo todas as orientações e exigências da Ordem de Serviço e todas as especificações determinadas pelo CONTRATANTE, de acordo com as especificações técnicas contidas neste TERMO DE REFERÊNCIA;
- 9.2.10 O CONTRATANTE poderá suspender ou mandar paralisar o serviço em andamento que não esteja sendo executado dentro das exigências e orientações emitidas por esta;
- 9.2.11 Na hipótese de os serviços não estarem em conformidade com o solicitado, tal fato será comunicado à CONTRATADA, com discriminação das providências imediatas a serem dotadas, sob pena de adoção das sanções administrativas cabíveis;
- 9.2.12 O aceite ou aprovação do objeto pelo CONTRATANTE não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato, verificadas posteriormente, garantindo-se ao CONTRATANTE, inclusive, defesa previstas em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA – CONDIÇÕES DE CUMPRIMENTO DO CONTRATO:

- 10.1. O objeto do presente contrato deverá estar em pleno funcionamento no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a contar do recebimento da nota de empenho ou ordem de serviço.
- 10.2. A **CONTRATANTE** designará um funcionário, o qual deverá analisar as características exigidas, consoante o Termo de Referência – ANEXO I, juntamente com um funcionário da empresa **CONTRATADA**.
- 10.3. Para as condições de cumprimento deste Termo Contratual, serão observadas as condições previstas no Termo de Referência



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

TC Nº 908/2018
Link de Internet

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 11.1. Para o recebimento e aceitação do objeto desta contratação, serão observadas no que couber, as disposições contidas nos artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93 e as condições previstas no Termo de Referência – Anexo I em epígrafe.
- 11.2. O Contratante rejeitará, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com as condições contratuais e os seus anexos.
- 11.3. O Contratante rejeitará, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com as condições contratuais e os seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO, DA CESSÃO E DA TRANSFERÊNCIA:

- 12.1. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA:

13.1. CONTRATANTE:

- 13.1.1. Fornecer à Contratada uma única Ordem de Serviço devido a natureza do objeto, que será expedida pelo departamento de Compras, Licitações e Contratos, e a mesma valerão por todo o período contratual, inclusive para os aditamentos;
- 13.1.2. Prestar à Contratada todos os esclarecimentos necessários para a execução do serviço;
- 13.1.3. Efetuar os pagamentos devidos;
- 13.1.4. Cumprir as demais condições contidas no Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA.

13.2. CONTRATADA:

- 13.2.1. Indicar um preposto, com poderes para representar a empresa Contratada, em tudo o que se relacionar com o serviço;
- 13.2.2. Não possuir administrador ou sócio com poder de direção, com vínculo de parentesco com agente político ou Vereador de Jaguariúna;
- 13.2.3. É responsável direta e exclusivamente pela perfeita prestação de serviço objeto deste Contrato e, consequentemente, responde civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos ocorrentes em sua execução, que venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para a **CONTRATANTE** ou para terceiros;
- 13.2.4. É responsável também pela qualidade na execução do objeto licitado, cabendo-lhe verificar o atendimento dos padrões e condições exigidos no Pregão e seus anexos;
- 13.2.5. Se obriga a cumprir durante a execução contratual, todas as leis e posturas pertinentes e vigentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes das infrações a que der causa.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

TC Nº 008/2018
Link de Internet

- 13.2.6. Se responsabilizará pelos recolhimentos de tributos que venham a incidir sobre o objeto deste contrato, arcando inclusive com os tributos federais, estaduais e municipais, que porventura incidam ou incidirão sobre o respectivo contrato bem como os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários;
- 13.2.7. É responsável direta e exclusivamente pela perfeita execução do objeto deste Contrato e, consequentemente, responde civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos ocorrentes em sua execução, que venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para a **CONTRATANTE** ou para terceiros.
- 13.2.8. Se obriga a dar atendimento à Contratante quando solicitado no prazo máximo de 4h (quatro horas), independente da necessidade de atendimento ser remoto ou "in loco", conforme estipulado neste Termo de Referência – ANEXO 1.
- 13.2.9. Garantir 99,50% (noventa e nove inteiros e cinco décimos por cento) de largura de banda contratada (upload/download) no caso do link dedicado e 40% (quarenta por cento) pontual e 80% (oitenta por cento) na média mensal no caso do link não dedicado (banda larga);
- 13.2.10. Ter 100% (cem por cento) de Rede Própria, não usar cabeamento/redes de outros provedores;
- 13.2.11. Deverá fornecer a Topologia da rede;
- 13.2.12. Possuir SLA (Acordo de Nível de Serviço) que garanta pelo menos 99,50% de disponibilidade do serviço no ano;
- 13.2.13. A disponibilização do serviço de internet deve ser permanente durante 24 (vinte e quatro) horas por dia x 07 (sete) dias por semana x 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano;
- 13.2.14. Prestar todos os serviços de manutenção corretiva, assegurando o padrão necessário de transmissão, bem como a aplicação de correções e de patches de segurança, exceto nos bens de propriedade da CONTRATANTE;
- 13.2.15. A manutenção e configuração dos ativos de rede fornecidos são necessárias para instalação do circuito e serão de responsabilidade da CONTRATADA;
- 13.2.16. A empresa deverá apresentar documentos que comprovem as características descritas no item 13.2.10 acima, o documento poderá ser por simples declaração, aduzindo que atenderá a solicitação, a declaração deverá ser entregue no credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PENALIDADES:

- 14.1. Por descumprimento de cláusulas contratuais ou pela inexecução total ou parcial do Contrato, o Contratado poderá, após a apreciação de defesa prévia, sofrer as seguintes penalidades, de acordo com a gravidade da falta (Art. 86 e 87 da Lei 8.666/93 e Art. 7º da Lei 10.520/02):
- 14.1.1. Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a CONTRATADA concorrido diretamente.
- 14.2. multa, nas seguintes situações:
- 14.2.1. de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso, se o contratado não cumprir com o fornecimento até o 5º (quinto) dia corrido do atraso, após o que, a critério desta Câmara, poderá ser promovido o cancelamento do Contrato.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

TC: N° 008/2018
Link de Internet

- 14.2.2. Em caso de cancelamento do Contrato por esta Câmara, decorrente do que prevê o subitem acima, ou de qualquer descumprimento de outra cláusula contratual, será aplicada, tendo garantida a defesa prévia, multa de até 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato, de acordo com a gravidade da infração.
- 14.3. As multas serão, após o regular processo administrativo, cobradas administrativa ou judicialmente, ou descontadas dos créditos da Contratada.
- 14.4. As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, não eximindo a Contratada de reparar os prejuízos que seu ato venha a acarretar a Contratante.
- 14.5. O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificado e comprovado. O caso fortuito, ou de força maior, verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não eram possíveis evitar, ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - RESCISÃO:

- 15.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enumeradas, ensejará, também, em sua rescisão, desde que ocorram quaisquer motivos elencados no art. 78, da Lei nº 8.666/93.
- 15.2. A rescisão do Contrato poderá ser efetivada sob qualquer das formas delincadas no art. 79, da Lei nº 8.666/93.
- 15.3. Se a rescisão da avença se der por qualquer das causas previstas nos incisos I a XI, do art. 78, da Lei nº 8.666/93, a **CONTRATADA** sujeitar-se-á, ainda, ao pagamento de multa prevista no item 14.2.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - TOLERÂNCIA:

- 16.1. Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissões, a inobservância no todo ou em parte, de qualquer dos itens e condições deste Contrato e/ou de seus Anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer forma afetar ou prejudicar esses mesmos itens e condições, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

- 17.1. Na qualidade de CONTRATANTE e CONTRATADA serão assinados Termo de Ciência e Notificação – Anexo IX, relativo se for o caso, à tramitação deste Processo perante o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

TC nº 968/2018
Link de Internet

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Publicização

- 18.1. Este Poder Legislativo promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município, conforme disposição Legal da Lei 8.666/93, art. 61 em seu parágrafo único, e publicação na íntegra em mural e site oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DOS SERVIÇOS

- 19.1. Este Poder Legislativo encaminhará o presente TERMO a seu CONTROLE INTERNO bem como arquivo XML ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, através do AUDESP FASE IV, se necessário for de acordo com as leis vigentes.
- 19.2. O Contratante, por meio de funcionário designado através de portaria, efetuará a fiscalização dos serviços a qualquer instante, solicitando à Contratada, sempre que julgar conveniente, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos desejados e comunicar ao Contratante quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços, nos termos estabelecidos no Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA.
- 19.3. o desempenho de suas atividades, é assegurado ao fiscal o direito de verificar e exigir a perfeita execução do presente ajuste em todos os seus termos e condições;
- 19.4. A ação ou omissão, total ou parcial, do órgão fiscalizador não eximirá a Contratada da total responsabilidade de executar os serviços, com toda cautela e boa técnica.
- 19.5. Fica nomeado o Fiscal do presente termo, através de portaria nº 063/2018, o Senhor Eduardo da Silva Botelho.
- 19.6. Fica nomeado o Gestor do presente termo, através de portaria nº 025/2018, a Senhora Rosângela Moreira De Santana Ribeiro

CLÁUSULA VIGÉSIMA – Garantia

- 20.1. Garantia de funcionamento na execução dos serviços prestados, respeitando todo o contido no Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA, por período integral deste contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - Disposições Gerais

- 21.1. A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar à CONTRATANTE ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na prestação de serviço em cumprimento do objeto deste contrato, isentando a CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.
- 21.2. A CONTRATADA será a única responsável para com seus empregados e auxiliares no que concerne ao cumprimento da legislação prevista em Lei, em especial no que diz respeito às normas de segurança do trabalho, prevista na Legislação Federal (Portaria nº 3.214, de 8-7-78, do Ministério do Trabalho), sendo que o seu descumprimento poderá motivar a aplicação de multa por parte da CONTRATANTE e/ou rescisão contratual com a aplicação das sanções cabíveis.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

TC Nº 003/2018
Link de Internet

- 21.3. O pessoal que a CONTRATADA empregar para a execução dos serviços ora avençado não terá relação de emprego com o CONTRATANTE e deste não poderá demandar quaisquer pagamentos. No caso de vir o CONTRATANTE a ser acionado judicialmente, a Contratada o ressarcirá de toda e qualquer despesa que, em decorrência disso, venha a desembolsar.
- 21.4. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 21.5. Aplicam-se aos casos omissos o disposto na Lei Federal nº 10.520/02 e, subsidiariamente, na Lei Federal nº 8.666/93, Resolução 166/2013 deste Órgão Legislativo, e ainda na Lei Complementar nº 123/06, e respectivas alterações.
- 21.6. Sendo necessário à Administração, poderá invocar o § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, no qual reza que "O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato".

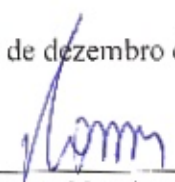
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – FORO

- 22.1. Fica eleito o foro da Comarca de Jaguariúna para dirimir quaisquer questões oriundas do presente **TERMO DE CONTRATO**, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

É por estarem justos e acordados, as partes assinam o presente instrumento em 04 vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Jaguariúna, 03 de dezembro de 2018.



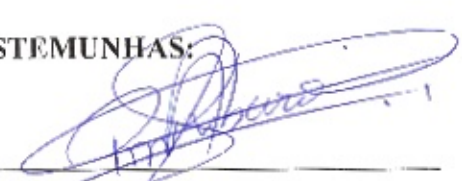

Vereador Romilson Nascimento Silva

Vereador / Presidente



Eduardo Lopes Garcia

CPF Nº 222.756.168-88

TESTEMUNHAS:

1 
Rosângela M. S. Ribeiro

CPF: 184.264.758-09

2 
Eduardo da Silva Botelho

CPF: 404.314.928-08



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

TC N° 008/2018
Link de Internet